

## Nos bastidores do referendo sobre o aborto em Portugal

*por John Andrade, correspondente de  
The Fatima Crusader em Portugal*

---

Portugal, como é um país predominantemente católico, tem-se oposto tradicionalmente ao aborto, coisa que embaraçava bastante os seus políticos actuais; mas quando a União Europeia decidiu, já há bastante tempo, liberalizá-lo, todos os países-membros viram-se obrigados a seguir as directrizes comunitárias. Em 2005, quando o Partido Socialista subiu ao poder através de uma esmagadora vitória eleitoral, o seu chefe, José Sócrates, agora Primeiro Ministro, prometeu grandes reformas, que incluíam uma “modernização” da lei do aborto, para a harmonizar com a legislação corrente da União Europeia.

Por essa altura, o aborto só era permitido em Portugal em três circunstâncias específicas: nas primeiras 12 semanas da gravidez se se considerasse que a saúde da mãe estava em risco, ou nas primeiras 16 semanas se a gravidez fosse causada por uma violação, ou sem limite de tempo se fosse considerado necessário para salvar a vida da mulher grávida. Mas o Primeiro Ministro José Sócrates insistiu que o aborto devia ser permitido nas primeiras dez semanas da gravidez para quem o pedisse, e propôs um referendo como desculpa para concretizar o seu plano. Decidiu repetir o referendo de 1998, em que a facção pró-aborto sofrera uma clara derrota; mas desta vez iria fazer com que tal não acontecesse de novo. Sabe-se hoje que estava há meses a ser pressionado pelas maiores clínicas de aborto espanholas, o que não é para admirar, porque, segundo a imprensa noticiou, o negócio do aborto em Portugal daria um lucro de cerca de 9 milhões de euros aos abortadores — e isto é uma estimativa que peca por defeito.

Escolheu-se uma data para o referendo: 11 de Fevereiro, um domingo. As partes interessadas tinham menos de dois meses para preparar as respectivas campanhas.

Para assegurar a, o Primeiro Ministro Sócrates e os seus principais Ministros fizeram uma campanha activa pela liberalização do aborto, utilizando em pleno os recursos do Governo e dando entrevistas frequentes na televisão e na imprensa a nível nacional, o que representava uma publicidade em tal escala que a campanha pró-vida nunca poderia igualar.

Ao mesmo tempo, a Igreja Católica, que tinha desempenhado um papel de relevo na derrota dos abortadores no referendo de 1998, declarou que, desta vez, não se envolveria no processo. O Cardeal Patriarca José Policarpo chegou ao ponto de avisar os padres de que “as celebrações eucarísticas não são o lugar próprio para fazer uma campanha”. Não era segredo para ninguém que ele estava a favor da liberalização do aborto; chegou mesmo a dizer à imprensa que a lei do aborto “tinha uma certa lógica”. D. Ilídio Leandro, Bispo de Viseu, considerado mais ou menos moderado, declarou publicamente que estava inclinado a votar “Sim”, acrescentando que era “a favor de uma linguagem de diálogo” e que respeitava “as pessoas que pensam de maneira diferente”. E todos os canais de televisão e jornais nacionais apresentaram entrevistas com padres que eram a favor do “Sim”.

Assim, a resistência à liberalização do aborto ficou apenas nas mãos dos leigos, que se organizaram o melhor que puderam e fizeram uma campanha vigorosa. O Fatima Center também entrou na campanha; imprimiu e distribuiu mais de 600.000 (seiscentos mil) exemplares da [Carta Aberta ao Povo Português sobre o referendo de 11 de Fevereiro](#), que também foi publicada num importante semanário. Os 600.000 exemplares do Fatima Center foram distribuídos sobretudo no Norte de Portugal, a um custo de cerca de 50.000 dólares americanos. Onde a nossa Carta Aberta chegou, a maioria dos votos foi pelo NÃO, a opção correcta para a consciência católica. Os comentários dos leitores foram esmagadoramente positivos entre os leigos.



**Lamentemos o sofrimento de Jesus, Filho da Santíssima Virgem Maria, na Cruz. Ele derramou o Seu sangue pelos pecados da humanidade, para nos podermos salvar, mas nós ainda hoje O crucificamos repetidas vezes, nada fazendo perante as blasfêmias e sacrilégios cometidos contra Ele. Rezemos todos muitos Rosários de Reparação para aliviar as Suas feridas.**

Receando a possibilidade de uma derrota, que seria catastrófica para o Governo de Sócrates, os abortadores mudaram de tática, e começaram a dizer que o referendo não tinha por fim liberalizar o aborto; era apenas para poupar às mulheres a humilhação de serem levadas a tribunal por terem feito um aborto. E os leigos à frente da campanha pró-vida reagiram ingenuamente, dizendo que, se ganhassem, mudariam a lei de modo a evitar tais “humilhações”

— o que fez com que muita gente pensasse que não havia grande diferença, na prática, entre votar “Sim” ou “Não”, porque o resultado seria praticamente o mesmo.

Chegou o 11 de Fevereiro e não restavam grandes dúvidas sobre a vitória dos que favoreciam o aborto. Não surpreendeu ninguém que o número de votantes foi menor do que se esperava. Só 43,6 por cento dos eleitores votaram, num total de 3.851.613 cidadão. 59,25 por cento votaram “Sim”, e 40,75 por cento votaram “Não”.

Segundo a lei portuguesa, era necessário que mais de 50 por cento dos eleitores registados participassem num referendo para que este fosse válido; de outro modo, o resultado não obrigaria ninguém. Muitas pessoas pensaram que a única maneira de derrotar os abortadores era abster-se de votar. Mas enganaram-se.

O Primeiro Ministro Sócrates declarou que, mesmo assim, apresentaria no Parlamento a proposta de lei sobre o aborto que tinha proposto, e que seguiria pessoalmente todos os procedimentos legais para que se tornasse lei o mais depressa possível. O chefe da oposição, Luís Marques Mendes, que tinha apoiado a campanha pró-vida, não perdeu tempo a declarar que não seria obstáculo à aprovação do projecto de lei do aborto de Sócrates. E acrescentou: “Mesmo que o resultado [do referendo] não obrigue, acreditamos que deve ser respeitado, no interesse da democracia”.

Tudo o que a Conferência Episcopal Portuguesa teve a dizer sobre a vitória dos abortadores foi isto, através do seu porta-voz, o Bispo Carlos Azevedo: “O que aconteceu foi que os valores defendidos pela Igreja não são muito estimados pela sociedade portuguesa no presente.” Um jornal diário importante, o *Diário de Notícias*, foi mais perceptivo: “Foi uma grande derrota para a Igreja Católica.”

Que o referendo não agradou a Deus, foi manifestado a todos. Na manhã do dia seguinte, 12 de Fevereiro, um sismo que atingiu o grau 6.0 da escala de Richter sentiu-se no Sul de Portugal, onde o “Sim” obteve as maiorias mais altas. Quase não se notou nos distritos, onde o “Não” tinha ganho.